

Entre driblar a lei e aplicar o calote

TEOTONIO VILELA FILHO

Senador por Alagoas

Sempre que se fala na necessidade de investimentos para garantir um crescimento sustentado e continuado no país, os ministros do governo federal e o próprio presidente da República lembram logo o projeto de lei da Parceria Público-Privada, o famoso PPP, como peça-chave para a garantia de tais recursos. O PPP, que está em votação no Senado, estabelece condições para essa parceria entre governo e iniciativa privada, regulamentando, inclusive, possibilidades de ressarcimento do empresário quando o investimento não der certo. O PPP, como foi proposto pelo governo, tem obviamente vantagens e desvantagens.

Uma vantagem é o reconhecimento de que não há recursos públicos suficientes para os investimentos necessários. Alguma coisa, pelo menos, a atual administração federal já aprendeu, pois, quando na oposição, os petistas satanizavam a participação privada, sobretudo nas privatizações.

Mas confesso que, ao examinar o projeto, sinto mais preocupação que alívio. Só o governo não reconhece o que qualquer pessoa de bom senso percebe com clareza: o investimento privado depende, sobretudo, de regras claras, estáveis e duradouras. Como fazer um investimento de retorno a longo prazo se

as regras podem mudar ao sabor dos governos ou até mesmo de ministros? No setor elétrico, por exemplo, até sair do papel para começar a gerar energia, uma hidrelétrica leva de oito a dez anos. E se as regras mudarem de quatro em quatro?

Nesse terreno, o governo Lula tem andado pra trás. Esvaziou as agências regulatórias, sobretudo a Agência Nacional de Energia, pretende transferir tudo para a alçada dos ministérios, como muito antigamente, e sinaliza com o velho e ultrapassado dirigismo como balizamento das relações entre Estado e mercado. O governo busca investimento privado mas num cenário definido e controlado pelo governo, mais que pelo Estado. Quem se habilita?

Não nos cabe vaticinar o futuro, mas o presente mostra que ninguém da iniciativa privada está se arriscando a investir em eletricidade e saneamento, para ficar em apenas dois setores intensivos de capital e extremamente carentes de investimento. Se o Brasil crescer, inevitavelmente faltará energia porque o setor não recebe os investimentos necessários.

Se o problema é da incerteza quanto ao marco regulatório, não vejo como a parceria público-privada pode resolver. Mas temo que possa complicar. Pelo projeto do governo não se sabe muito bem onde termina o público e começa o privado — e só isso já bastaria para condenar um texto

particularmente ambíguo. Cria-se na economia um monstro com cara de mercado e corpo de Estado, difícil de locomover-se, mais ainda de andar rápido, porque afinal de contas os interesses são conflitantes. A cabeça vai prum lado, o corpo, para outro — o que na mitologia pode até funcionar, mas na economia... Noutras palavras, é um empreendimento meio-público, meio-privado, que, como se pode imaginar, tem a mesma viabilidade de uma mulher meio-grávida. Ou meio-virgem, quem sabe?

Não dá pra esquecer outras questões suscitadas pelo projeto do PPP. Se havia tanta polêmica, levantada pelo próprio PT, no caso das privatizações (e as avaliações eram muito mais simples e objetivas), que preços o governo pagará no caso das PPPs? Como se farão as avaliações? Mais ainda, “investir” ou “gastar” através da PPP não cria uma forma nova e engenhosa de burlar a Lei de Licitações? Parece que o governo não quer apenas um cheque em branco, quer logo talões inteiros...

É claro que sempre se argumentará com a honestidade pessoal dos integrantes do governo, cuja honra é tão inquestionada como a do ex-presidente Fernando Henrique, por exemplo. Mas as leis devem exatamente abstrair situações e pessoas, criando normas objetivas de conduta pública, que estabeleçam controle social, acima de governos e de pessoas. Argumento

muito parecido foi posto pelo ministro da Justiça do AI-5, cujo nome a história jogará no lixo, quando o vice-presidente Pedro Aleixo alertava para o arbítrio que se institucionalizava. O ministro argüía com as “mãos honradas” do general-presidente de então como garantia de sábia e criteriosa aplicação do AI-5. Vimos no que deu.

O próprio texto enviado pelo governo remete a outras armadilhas inevitáveis. Se o governo aparece como devedor ou avalista do investimento “meio-público” da PPP, estará ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se o empresário negociar com um banco o que tem a receber do governo — e o projeto da PPP prevê isso com todas as letras — há endividamento público, que hoje é sujeito a normas e procedimentos muito claros e severos. O que se pretende é burlar esses controles?

Particularmente tenho a sensação de que, como está, o projeto da PPP não será aprovado, até porque o próprio ministro do Planejamento já admite a revisão do texto. Nem por isso diminui minha apreensão. Os porta-vozes oficiais, ao menos de público, parecem jogar todas as fichas para garantir o crescimento do país na aprovação de um projeto que encurralou o próprio governo entre duas alternativas extremamente cruéis: driblar a lei ou aplicar um calote no investidor. Já tivemos alternativas melhores. Tanto para governar como para crescer.